



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE PATY DO ALFERES

CÂMARA MUNICIPAL DE
PATY DO ALFERES

APROVADO

04/09/2024 - SO

Renato dos Santos
Presidente

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE
N.º 4334 DO MUNICÍPIO DE
PATY DO ALFERES EM 05/09/24
RUBRICA E MATRICULA
Voto 2024 - 17
Assessoria Contábil
Mec - 516/02
RJ 008070105

Autógrafo

LEI N.º 3.174 DE 05 DE setembro DE 2024.

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA
QUE SE INICIA EM 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Paty do Alferes aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI:

Art. 1º - O subsídio dos Vereadores para a legislatura que se iniciará em 1º de Janeiro de 2025, será de R\$ 8.831,95 (oito mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com término em 31 de dezembro de 2028, e uma parcela no valor de R\$ 8.831,95 (oito mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos), referente ao décimo terceiro salário.

Art. 2º - O Vereador Presidente, enquanto mantiver esta qualidade, perceberá o subsídio de igual valor aos demais Vereadores.

Art. 3º - A ausência injustificada do Vereador às Sessões Ordinárias implicará no desconto de R\$ 886,20 (oitocentos e oitenta e seis reais e vinte centavos).

Parágrafo Único - O desconto não implicará no pagamento dos Vereadores presentes à Sessão não realizada por ausência de matéria a ser votada, a não realização de Sessão por falta de quórum ou em ausência devidamente justificada nas hipóteses regimentais.

Art. 4º - Os subsídios pagos não poderão ultrapassar:

I - Individualmente para cada Vereador a remuneração do Prefeito Municipal;

II - Anualmente, no seu somatório, a cinco por cento da receita municipal.

Art. 5º - Para os efeitos desta lei, entende-se como receita municipal o somatório de todos os ingressos financeiros nos cofres do Município, exceto:

I - A receita de contribuições de servidores destinados à constituição de fundos ou reservas para custeio de programas de previdências e assistência social, mantidos pelo Município e destinados a seus servidores;

II - Operações de crédito;

III - Receita de alienação de bens móveis ou imóveis;


IV - Transferências oriundas da União, do Estado através de convênios ou não para a realização de obras ou manutenção de serviços típicos das atividades daquelas esferas de Governo.



Art. 6º Os subsídios de que trata esta lei serão revistos, anualmente, na mesma data da revisão dos vencimentos dos servidores públicos municipais, com exceção do primeiro ano da legislatura.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

Paty do Alferes, 05 de setembro de 2024.



EURICO PINHEIRO BERNARDES NETO
Prefeito Municipal